

DESMENTIR E DESMITIFICAR É PRECISO, PRIVATIZAR NÃO É PRECISO

Soraya Smaili
Francisco Miraglia



J á há alguns anos, os governos conservadores falam mal, repetida e incansavelmente, do sistema público universitário no Brasil. Entre outras coisas, a universidade pública é rotulada de perdulária, ineficiente e até mesmo de incompetente. Muitos são os clamores para a

reformulação do sistema e para a necessidade de torná-lo “moderno”. Durante o governo FHC, conservador como os anteriores, a cantilena não mudou: propala ser a universidade pública um serviço ineficiente que precisa ser reformulado, pela privatização, para tornar-se maravilhoso. O herdeiro dos descabros da

infindável lista de ministros da Educação do PFL, hoje seu aliado mais intransigente, quer fazer crer à opinião pública, nacional e internacional, que porque empresários não lucram com os serviços básicos, estes serviços não funcionam. Quem acredita?

De todo modo, o discurso da ineficiência tem servido como pretexto para o arrocho de salários e verbas, tendo a comunidade acadêmica vivido, nos últimos quatro anos, uma das maiores reduções orçamentárias que se tem notícia. Tática conhecida: o discurso da ineficiência acoberta a intenção da destruição.

Surpreendentemente, o molde utilizado como exemplo pelos nossos governantes continua sendo o sistema norte-americano (muito embora o francês, onde FHC diz ter trabalhado, fosse mais apropriado). Entre muitas inverdades – alguém acredita que o governo não saiba realmente como é? – afirmam que o nosso sistema está errado porque depende essencialmente de dinheiro público, enquanto o sistema norte-americano utiliza, principalmente, dinheiro privado para a manutenção de suas universidades e para a promoção da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Esta linha de pensamento certamente tornou-se muito mais forte quando muitos membros da comunidade acadêmica passaram a preconizá-la, como uma espécie de “canto da sereia”. Recentemente, em uma reportagem encomendada pela revista “Nature” (vol 392: 648, 1998), de grande circulação e impacto na comunidade científica, um professor da USP tenta mostrar à comunidade científica internacional que o Brasil, assim como o restante da América Latina, poderá se desenvolver e crescer num futuro muito próximo. Isso se a universidade pública (local onde a maior parte das pesquisas ocorre) aproveitar este momento para buscar outras formas de financiamento e se os seus docentes buscarem outras formas de ganhar a vida, que não dependa do setor público. Neste mesmo artigo, ele defende a venda de serviços como prioridade e a obtenção de salários através de consultorias, ou mesmo da utilização do conhecimento científico para a abertura de negócios privados e de interesse pessoal. Não é surpreendente que este discurso esteja tão bem articulado com o estrangulamento do orçamento e salários, criando um ambiente perfeito para a desobrigação governamental.

No entanto, quando conhecemos o sistema norte-americano mais de perto, podemos perceber que muitas das coisas que são propaladas e veiculadas como soluções são, na verdade, convenientemente distorcidas. Especialmente se levarmos em conta o momento de desespero e desorientação que vive o professor universitário e o cientista brasileiro, diante da falta de interesse político e econômico no nosso sistema. Em realidade, se analisado corretamente, chegamos a pensar que os nossos dirigentes e colegas acadêmicos, que distorcem as imagens, tentam fabricar a idéia de um enorme mito equivocado e opressor. Este grande mito se construiu com pequenas afirmações ou, porque não dizer?, pequenos mitos repetidos e popularizados no nosso cotidiano ao longo do tempo e que gostaríamos de analisar mais detalhadamente:

Mito N° 1:

“O governo americano não aplica grandes proporções em educação, pois o sistema é praticamente privado”.

Esta afirmação é completamente falsa. O governo americano gasta muito dinheiro em educação e pesquisa. O sistema é bastante diversificado e, de maneira geral, a maior parte do ensino é de responsabilidade dos Estados e Municípios. Mesmo assim, o governo federal aplica 30 bilhões de dólares anuais. Todos os Estados americanos têm o seu sistema estadual universitário, que conta com um grande número de universidades, escolas técnicas e institutos de pesquisa. Apenas no Sistema de Ensino de Maryland, o décimo terceiro no país, há 13 instituições públicas que gastam anualmente 1,7 bilhões de dólares, cerca de 1/3 dos gastos do governo federal brasileiro com suas 52 instituições. Só para ter uma idéia, em uma destas – a Universidade Federal de São Paulo (antiga Escola Paulista de Medicina) – o governo federal repassou a irrisória quantia de 23,6 milhões para despesas durante o ano de 1997 e destinou, para o ano de 1998, um valor ainda menor: 23,51 milhões. Como se não bastasse, os repasses feitos nos últimos quatro anos desconsideraram sistematicamente a inflação do período, que foi de mais de 40% (utilizando-se qualquer um dos índices existentes).

Mito Nº 2:**“O setor privado financia a maior parte das pesquisas”.**

O setor privado norte-americano certamente investe bastante em pesquisas e tem tradição neste tipo de financiamento. Ao contrário da indústria brasileira, que não financia pesquisas a menos que agências públicas de financiamento, como Fapesp e Finep, criem programas de interação, onde quem entra com o maior investimento e demanda é o erário público. Mais um exemplo da velha falcatura de privatizar os lucros e socializar as perdas, tradição da classe dirigente no Brasil.

No sistema norte-americano, o setor privado chega a investir 40% do total aplicado em pesquisa e desenvolvimento. Este total corresponde a 3,5% do PIB americano, que é de 7,1 trilhões de dólares. O governo norte-americano chega a aplicar mais de 50% dos gastos totais com pesquisa em desenvolvimento em todas as áreas. Somente na área de ciências biomédicas e ciências da saúde, através de seu Instituto Nacional de Saúde (National Institutes of Health), gasta 13,1 bilhões de dólares anuais (corrigidos anualmente em cerca de 3% de acordo com a inflação local). Dentre estes 13,1 bilhões, 7,4 bilhões destinam-se ao financiamento de pesquisa em diferentes universidades em todo o país, 1,12 bilhão para pesquisa dentro de seus institutos e o restante destina-se ao pagamento de estudantes e pós-doutorandos em treinamento. Estes valores não incluem os gastos com salários e não mencionam os gastos na área de humanas e exatas, especialmente nas engenharias, onde gastos vultuosos são realizados anualmente. No Brasil, os orçamentos das agências de financiamento de pesquisa não totalizam 1 bilhão de reais, aplicados em todas as áreas do conhecimento. Adicionalmente, em nível federal, os investimentos vêm sendo drasticamente reduzidos, chegando à cifra inacreditável de 10% de redução para o ano de 98.

Importante citar também que a pesquisa básica norte-americana é financiada, quase que exclusivamente, pelo dinheiro público. Há alguns anos, discutia-se no Congresso Americano uma redução neste item de despesa orçamentária. Presidentes e executivos de alta linha (CEO's), de algumas das maiores multinacionais do planeta, assinavam matéria paga no

Washington Post fazendo a defesa das universidades e da pesquisa financiada pelo dinheiro público. Afirmavam que, sem o investimento público de larga escala, estava ameaçado o “american way of life”. E argumentavam: a necessidade de lucro a curto prazo inviabiliza o investimento estratégico necessário para a produção de conhecimento das leis naturais, sem o qual é impossível o desenvolvimento tecnológico. A direção política do capitalismo pode ser tudo, mas não é intelectualmente raquítica. Ao contrário dos seus propagandistas nestes Estados Unidos do Brasil.

Mito Nº 3:**“Nos EUA, os investimentos em pesquisa destinam-se principalmente à pesquisa aplicada”.**

Somente como exemplo, tomamos a carta de intenções do Instituto Nacional de Saúde (NIH, Bethesda, USA) para o ano de 98. Lá, encontramos as áreas a serem priorizadas durante o ano: neurobiologia, genética, neurociência, biologia molecular. Todas áreas básicas do conhecimento em biologia e medicina. As cabeças pensantes do NIH sabem que o desenvolvimento destas áreas básicas serão de suprema importância para a compreensão da patogênese de diferentes doenças e para o desenvolvimento da terapêutica.

Neste mesmo documento, chama a atenção que a área de maior investimento e maior prioridade trata de “Novas Estratégias de Prevenção de Doenças”, o que denota mais uma diferença fundamental com o sistema brasileiro, que não tem tradição e não prioriza a prevenção de doenças.

Mito Nº 4:**“Os professores universitários e pesquisadores norte-americanos não têm salários e vivem de consultorias e prestação de serviços ou projetos”.**

Dados da Universidade de Maryland, instituição pública estadual, indicam os seguintes salários médios, correspondentes a dez meses do ano de 1998:

Instrutor:	US\$ 36.400
Professor Assistente:	US\$ 43.000
Professor Associado:	US\$ 50.300
Professor Titular:	US\$ 78.000

Durante os dois meses de verão, os professores podem optar por continuar trabalhando e, portanto, acrescentando seus salários. Estas cifras são típicas, pois as instituições preferem não perder pessoal simplesmente por diferenças salariais nominais e não incluem o valor recebido por consultorias. As médias acima são provenientes de listagem nominal publicada oficialmente pela Universidade de Maryland.

O salário anual do pessoal técnico-administrativo varia entre US\$ 25.000 e US\$ 51.000, dependendo do cargo ocupado.

Enquanto isso, nas universidades federais brasileiras, um titular com dedicação exclusiva pode ganhar 50 mil reais; um adjunto (com doutorado ou livre-docência), no último nível da carreira, pode chegar a ganhar um máximo de 35 mil reais e um assistente chega a apenas 29 mil (contando décimo terceiro salário e algumas gratificações também). Já sabemos que, sem a dedicação exclusiva, estes valores decrescem de 30 a 60%!

Mito N° 5:

“Nos EUA, os professores das universidades e os pesquisadores dos institutos de pesquisa não têm estabilidade”.

Apenas no estado de Maryland, as universidades têm 9.362 professores e instrutores com “tenures”, o que é equivalente à estabilidade dos servidores no Brasil. Apenas uma das unidades do Instituto Nacional de Saúde (NIH) conta com 14.000 servidores federais, entre técnicos e investigadores que trabalham por cerca de 30 anos com estabilidade.

Estes foram alguns exemplos de análise crítica de afirmações que costumamos ouvir de pontífices. Assim como a natureza da sociedade americana tem raízes na sua história, a história social brasileira gerou especificidades que nos são próprias. A cópia pura e simples de políticas é, portanto, sem sentido. Mas esta obviedade não parece constranger aqueles que, interessados na destruição do sistema público, recomendam um arremedo, nem remotamente parecido com o original. Por que será que não recomendam tratamento penal para sonegadores de impostos? Ou escala progressiva para o imposto de renda?

Ou a publicação anual de todos os proventos que cada servidor público receba do erário público (inclusive dos governantes)? Estes, e muitos mais, são procedimentos estabelecidos nos EUA!

É importante frisar que a indústria no Brasil não irá, a médio prazo, aplicar soma significativa de dinheiro em desenvolvimento tecnológico. Os grandes produtores de ciência aplicada têm os seus países sede como foco principal de investimento. Pretendem, isto sim, que brasileiros paguem, como valor agregado e gerando lucro, a pesquisa que fizeram nos seus laboratórios nos EUA, na Europa e no Japão (por exemplo, a indústria farmacêutica). A última coisa que lhes interessa é desenvolver competidores brasileiros. Uma proposta ilusória e enganosa, que não tem respaldo algum na evolução da conjuntura que estamos atravessando. A conclusão é simples: a educação, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico devem ser financiados pelo dinheiro público, em instituições públicas. Ou então a nossa dívida social não irá, jamais, deixar de crescer.

Não deixa de ser irônico descobrir que os exemplos mais comumente utilizados para nos oprimir, enquanto professores e pesquisadores, possam ser tão facilmente refutados. Provavelmente terminaríamos muito mais surpreendidos se estas mesmas considerações fossem feitas utilizando-se, como base, países com mais larga tradição em investimentos sociais e em educação pública, como a França e a Inglaterra.

Na realidade, ao pensarmos nos países chamados “desenvolvidos”, uma diretriz fica clara: não existe desenvolvimento e autonomia sem investimento maciço em educação e pesquisa em todos os níveis. Desta forma, é inaceitável que um professor e/ou um pesquisador não tenha um salário que o habilite a viver com dignidade, sem ter que ficar pensando em como vender a alma. Não precisamos copiar nenhum sistema, precisamos apenas aplicar o óbvio. Este mesmo óbvio que os nossos governantes fazem de conta que não vêem.

Soraya S. Smaili é Professora Adjunta do Departamento de Farmacologia - UNIFESP-EPM e Pesquisadora Visitante do National Institute of Health. Francisco Miraglia é Professor Associado do Instituto de Matemática e Estatística - USP e Professor Convidado da Universidade de Maryland.